

NOS CENTROS URBANOS, A MAIORIA DAS DEFICIÊNCIAS ESTÁ ASSOCIADA À VIOLÊNCIA E AOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

Líllia Novais de Oliveira, gerente regional do Ministério Público

518 MIL

É o número de postos de trabalho que o Brasil precisaria abrir para acabar com o desemprego entre portadores de deficiência

EXCLUSÃO SOCIAL

Violência, acidentes de trânsito, fome e falhas no sistema de saúde estão entre os fatores que mais contribuem para aumentar o número de portadores de deficiência no país. Eles são quase 15% da população brasileira

Retrato sem retoques

SANDRO LIMA E ERICA KLANG

DA EQUIPE DO CORREIO

No Brasil, 24,5 milhões de habitantes são portadores de algum tipo de deficiência, o que corresponde a 14,5% da população. Mais da metade desse contingente tem no máximo três anos de estudo e é formado por inativos e desempregados. Somente para atender à necessidade deles, o país precisaria abrir 518 mil postos de trabalho. Essas são algumas das conclusões do relatório *Retratos da Deficiência no Brasil*. Elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Fundação Banco de Brasil, o documento utiliza dados do Censo 2000 para elaborar um perfil dos portadores de deficiência no país.

O objetivo da iniciativa — que considera portadores de deficiência pessoas com deficiência mental, paraplegia ou falta de membros e dificuldade de enxergar, ouvir ou de subir escadas — é subsidiar políticas e ações dos setores público, privado e da sociedade civil. No estudo, é possível verificar que existe uma maior concentração de portadores de deficiência no Nordeste. Dos dez estados com maior número de portadores, nove estão nessa região.

Segundo a gerente regional de Informação sobre Deficiência do Ministério Público, Líllia Novais de Oliveira, o problema se deve à precariedade do sistema público de saúde. Principalmente à falta de acompanhamento no pré-natal. "Nos estados mais pobres, falta alimentação adequada à população carente. Muitas crianças chegam a desenvolver deficiências devido à desnutrição", afirma Líllia. "Nos centros urbanos, a maioria das deficiências está associada à violência e aos acidentes de trânsito."

Assessor parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Paulo Beck corrobora a tese de Líllia de Oliveira. Depois de vários anos à frente de uma organização de apoio a portadores de deficiência, Beck tem histórias para contar. "Vi famílias no Nordeste com quatro filhos com problemas mentais. Tudo por causa de doenças endêmicas, falta de saneamento básico e deficiência no aconselhamento familiar", afirma. Quando o assunto é educação, 27,6% dos portadores de deficiência não têm nenhuma escolaridade. Esse índice é de 24,59% entre os brasileiros sem nenhuma deficiência. Mas na camada mais instruída da população, os deficientes são maioria. Representam 1,55% das pessoas com 12 anos ou mais de estudo, enquanto os "eficientes" somam apenas 1,07%.

Segundo o relatório, portadores de deficiência demoram mais a concluir os estudos e interrompem o processo educacional com mais frequência, principalmente na fase de alfabetização. Uma das consequências disso é que eles representam 32% dos alunos em turmas de alfabetização de adultos.

No geral, entre a população, pessoas com mais de 60 anos constituem a maior parcela de portadores de deficiência. Eles são 29,34% desse universo.

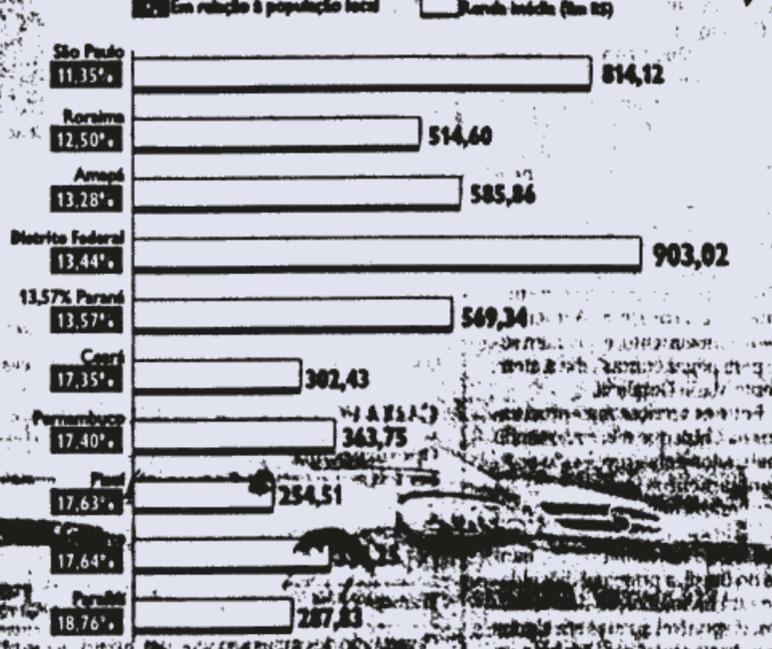
TROCANDO EM MIÚDOS

Há 24,5 milhões de portadores de deficiência no país, o equivalente a 14,5% da população

Onde eles estão e quanto ganham

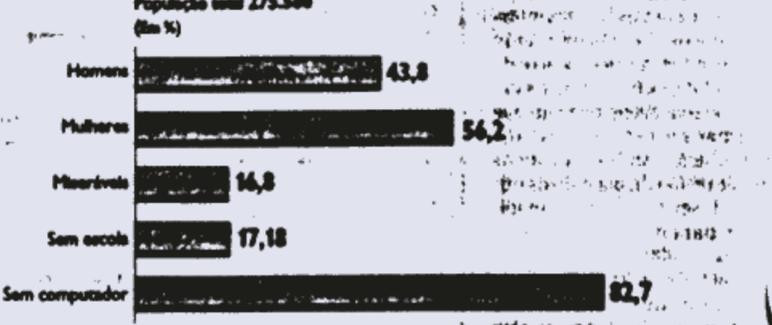
As unidades da federação com maior e menor concentração de portadores de deficiência

■ Em relação à população local ■ Renda média (em R\$)



A situação no Distrito Federal

População com 275.580 (em %)



Melhor qualidade de vida em Brasília

O Distrito Federal é a quarta unidade da federação com menor percentual de portadores de deficiência e a que apresenta os melhores índices em termos de renda e educação. São 275.580 pessoas — o equivalente a 13,44% da população — com renda média de R\$ 903, jornada de trabalho semanal de 42 horas e 5,8 anos de escolaridade.

Presidente do Centro de Vida Independente de Brasília, Paulo Figueiredo, de 35 anos, nasceu com uma doença neurológica que lhe causou uma atrofia muscular. "Tenho todos os movimentos, mas com pouca força", explica o funcionário do Setor de Patrimônio da Câmara Legislativa. O emprego na Câmara foi alternativa en-

contrada por ele para superar o desemprego causado pelo preconceito. "Na hora de fazer um concurso, ninguém olha para sua aparência. É a forma mais imparcial de se empregar alguém."

No DF, 16,5% das pessoas com deficiência são miseráveis. No Lago Sul, por exemplo, a proporção de portadores de deficiência que vivem com o mesmo salário mínimo não chega a 7%. Outro dado acima da média nacional: apenas 25% dos moradores do lugar não têm acesso a computador. No país, esse percentual alcança 93%.

No Lago Sul, a taxa de pessoas com deficiência e a menor do DF. E a educação média das pessoas portadoras de deficiência da região chega a

quase 11 anos. A renda média é de mais de R\$ 3 mil, enquanto a média nacional não passa de R\$ 600.

No Distrito Federal, as cinco cidades com menor índice de pessoas com deficiência são respectivamente Cruzeiro, Lagos Sul e Norte, Brazlândia e Guará. As de melhor percentual, Santa Maria, Candango, lândia, Gama, Samambaia e Riacho Fundo.

Segundo Figueiredo, conviver com deficiências nunca é fácil, mesmo tendo nascido com uma. "Há momentos em que eu me questiono sobre minha vida", diz. "Principalmente quando me deparo com um obstáculo, seja do comportamento de alguém ou uma barreira arquitetônica." (SL e EK)

O CONCURSO PÚBLICO É A FORMA MAIS IMPARCIAL DE SE EMPREGAR ALGUÉM

Paulo Figueiredo, presidente do Centro de Vida Independente de Brasília

Trabalho igual, renda menor

A renda mensal das pessoas portadoras de deficiência é cerca de R\$ 100 menor que a da população em geral — R\$ 529 contra R\$ 628 —, embora as jornadas de trabalho sejam semelhantes. Quase metade dos portadores de deficiência (47%) têm como principal fonte de renda as aposentadorias e pensões.

O estudo verificou ainda uma maior proporção de miseráveis entre a população sem deficiência (32,5%) quando comparada à população com deficiência (29%). Isso é resultado da atuação do Estado por meio de programas de transferência de renda no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com o estudo, houve um avanço na condição sócio-econômica das pessoas com deficiência após a instituição da Loas e de políticas governamentais compensatórias. "De 1996 para cá, os programas de transferência de renda para portadores de deficiência aumentaram cerca de 350%", explica Marcelo Neri, professor da Fundação Getúlio Vargas responsável pelo estudo.

O estudo destaca ainda que as políticas existentes para inclusão de pessoas com deficiência atacam as consequências dos problemas, e não as causas da insuficiência de renda. E também elogia a criação de cotas para portadores de deficiência, que estabelece um percentual de vagas em concursos públicos e em empresas privadas (SL e EK)